



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.



Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábila Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira
Priscila de Fátima Lima Schio
Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

CONTRIBUIÇÕES DA NEUROCIÊNCIA PARA PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

CONTRIBUTIONS OF NEUROSCIENCE TO PEDAGOGICAL PRACTICES IN INCLUSIVE EDUCATION

CONTRIBUCIONES DE LA NEUROCIENCIA A LAS PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS EN LA EDUCACIÓN INCLUSIVA

RESUMO

Este estudo investiga as contribuições da neurociência para a organização de práticas pedagógicas voltadas à educação inclusiva de estudantes com Transtorno do Espectro Autista e outras necessidades específicas. A pesquisa bibliográfica examina como os conhecimentos sobre neuroplasticidade e funções executivas podem orientar estratégias de ensino que promovam o desenvolvimento integral dos educandos. As reflexões destacam a relevância do Desenho Universal para a Aprendizagem e das adequações curriculares como ferramentas fundamentais para garantir o acesso equitativo ao conhecimento sistematizado na escola comum. Conclui-se que a integração entre neurociência e pedagogia potencializa a construção de ambientes escolares acolhedores que respeitem a neurodiversidade, assegurando o direito à escolarização plena mediante formação continuada de professores e políticas públicas efetivas.

Palavras-chave: Educação inclusiva; neurociência; práticas pedagógicas; transtorno do espectro autista; adequações curriculares.

ABSTRACT

This study investigates the contributions of neuroscience to the organization of pedagogical practices aimed at the inclusive education of students with Autism Spectrum Disorder and other specific needs. The bibliographic research examines how knowledge about neuroplasticity and executive functions can guide teaching strategies that promote the integral development of students. The reflections highlight the relevance of Universal Design for Learning and curricular adaptations as fundamental tools to ensure equitable access to systematized knowledge in regular schools. It is concluded that the integration between neuroscience and pedagogy enhances the construction of welcoming school environments that respect neurodiversity, ensuring the right to full schooling through continuous teacher training and effective public policies.

Keywords: Inclusive education; neuroscience; pedagogical practices; autism spectrum disorder; curricular adaptations.

RESUMEN

Este estudio investiga las contribuciones de la neurociencia a la organización de prácticas pedagógicas orientadas a la educación inclusiva de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista y otras necesidades específicas. La investigación bibliográfica examina cómo los conocimientos sobre neuroplasticidad y funciones ejecutivas pueden orientar estrategias de enseñanza que promuevan el desarrollo integral de los educandos. Las reflexiones destacan la relevancia del Diseño Universal para el Aprendizaje y de las adecuaciones curriculares como herramientas fundamentales para garantizar el acceso equitativo al conocimiento sistematizado en la escuela común. Se concluye que la integración entre neurociencia y pedagogía potencia la construcción de ambientes escolares acogedores que respeten la neurodiversidad, asegurando el derecho a la escolarización plena mediante formación continua de profesores y políticas públicas efectivas.

Palabras-clave: Educación inclusiva; neurociencia; prácticas pedagógicas; trastorno del espectro autista; adecuaciones curriculares.

1 INTRODUÇÃO

A escolarização de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas instituições de ensino regular representa um desafio contemporâneo que exige a revisão de práticas pedagógicas excludentes. O aumento significativo nas matrículas de crianças com TEA nas escolas brasileiras, conforme constatado pelo Instituto de Pesquisa Pensi em 2021, evidencia a necessidade de reestruturar o universo escolar para melhor incluir essas crianças no contexto educacional (Zanatta; Lopes, 2025). Esse cenário demanda que as instituições abandonem modelos centrados na padronização para adotar perspectivas que valorizem a neurodiversidade como elemento constitutivo do processo de ensino.

A garantia do direito à educação para pessoas com deficiência encontra amparo na legislação brasileira, que estabelece diretrizes para a integração social e o acesso pleno aos serviços educacionais. Brasil (1988) assegura na Constituição Federal o direito à educação como direito social fundamental, enquanto Brasil (1989) dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social. Brasil (1996) estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, reforçando o compromisso com a educação especial como modalidade transversal a todos os níveis de ensino.

O deslocamento do foco das limitações individuais para as barreiras institucionais constitui um passo fundamental na transformação das escolas nos dias atuais. A compreensão de que a deficiência intelectual deixa de ser uma sentença de incapacidade quando o currículo funciona como campo de mediação pedagógica permite que os educadores planejem intervenções que respeitem as singularidades de cada aluno. A neurociência oferece subsídios para compreender os processos de aprendizagem, permitindo que os docentes identifiquem estratégias que estimulem a plasticidade cerebral e fortaleçam as funções executivas necessárias para a autonomia acadêmica e social.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída por Brasil (2008), estabelece que a educação especial deve ocorrer de forma transversal em todos os níveis de ensino para promover a inclusão de estudantes com necessidades específicas. Brasil (2012) institui a Política Nacional

de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, assegurando o direito à escolarização com suportes adequados que eliminem impedimentos durante o processo educacional.

A adoção de propostas inspiradas no Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) representa uma alternativa viável para a construção de ambientes escolares acessíveis e acolhedores. Essa abordagem favorece a autonomia do estudante com TEA ao oferecer suportes que eliminam impedimentos físicos ou cognitivos, consolidando uma cultura de equidade que beneficia o conjunto total dos educandos. O planejamento para todos exige a antecipação de múltiplas formas de expressão para evitar adaptações tardias que apenas remediam falhas estruturais do currículo original.

A integração entre as descobertas científicas sobre o funcionamento cerebral e a prática pedagógica potencializa a mediação docente voltada ao desenvolvimento das funções psíquicas superiores. As adequações curriculares e o uso de tecnologias assistivas constituem ferramentas indispensáveis para eliminar as barreiras que impedem a participação plena de estudantes com deficiência intelectual ou autismo. Este estudo busca investigar como as contribuições da neurociência podem orientar a organização de práticas pedagógicas inclusivas, identificando estratégias que promovam o acesso equitativo ao conhecimento sistematizado na escola comum.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Neurociência e educação inclusiva: fundamentos neurocientíficos e práticas pedagógicas para a inclusão escolar

A educação inclusiva configura um campo de saber que demanda a reestruturação das instituições escolares para acolher a diversidade funcional de forma ética e responsável. Esse processo exige a superação de modelos pedagógicos centrados na padronização dos ritmos de aprendizagem que marginalizaram estudantes com deficiência intelectual durante a escolarização básica. A transformação das ações docentes deve ser orientada por princípios que garantam o acesso pleno ao conhecimento sistematizado através de estratégias que validem as singularidades de cada indivíduo no coletivo escolar.

A compreensão da diferença como elemento positivo altera a percepção sobre a deficiência intelectual no contexto das políticas públicas educacionais brasileiras. Mantoan (2015) destaca que a perspectiva inclusiva deve ser analisada a partir do que dizem os professores e pais para identificar os desafios reais na implementação de serviços pedagógicos diferenciados. A pesquisa nacional desenvolvida em 2014 pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença da UNICAMP ouviu 3.570 depoimentos de diretores, coordenadores pedagógicos, professores de Atendimento Educacional Especializado, professores do Ensino Fundamental e pais de alunos com e sem deficiência de escolas urbanas e rurais das cinco regiões brasileiras, demonstrando que "a inclusão educacional é um desafio constante que exige investimento público, comprometimento dos professores e participação das famílias" (Mantoan, 2015, p. 24).

O currículo funciona como uma prática social que organiza o trabalho escolar e deve ser flexibilizado para atender às demandas de estudantes com necessidades específicas. Essa estrutura materializa as intenções educativas ao selecionar os saberes que serão trabalhados para promover o desenvolvimento cognitivo e social de todos os educandos de forma justa. A reorganização curricular exige decisões didáticas que contemplem a heterogeneidade das turmas para evitar a exclusão de sujeitos que apresentam ritmos de aprendizagem distintos dos padrões estabelecidos pelas normas institucionais.

As funções executivas desempenham um lugar relevante na autorregulação e no planejamento das atividades escolares para alunos que apresentam transtornos do neurodesenvolvimento de forma severa. O córtex pré-frontal coordena processos como a atenção e a memória de trabalho que são fundamentais para a execução de tarefas complexas durante o cotidiano acadêmico. A mediação pedagógica deve focar no fortalecimento dessas capacidades através de rotinas estruturadas que ofereçam suportes externos para que o estudante consiga organizar seu pensamento e agir de forma autônoma.

A articulação entre a intencionalidade docente e as descobertas sobre a aprendizagem favorece a construção de ambientes escolares que respeitem a neurodiversidade de maneira efetiva. Lopes (2025, p. 19) explica que

o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos.

Esse entendimento permite que os educadores planejem intervenções que considerem as especificidades do desenvolvimento psíquico de cada aluno.

A popularização dos conhecimentos sobre o funcionamento cerebral contribui para o aprimoramento das estratégias de ensino voltadas à diversidade funcional nas escolas. A compreensão dos processos neurais pode qualificar a ação docente em sala de aula ao oferecer subsídios para identificar as dificuldades dos alunos e planejar intervenções que estimulem a plasticidade cerebral de forma dirigida. Essa preparação técnica deve ser acompanhada por uma postura ética que valorize a inclusão como um direito inalienável, garantindo que as práticas pedagógicas sejam transformadas para atender às demandas de uma sociedade democrática.

2.2 Práticas pedagógicas e adequações curriculares para estudantes com TEA

A escolarização de crianças com Transtorno do Espectro Autista na educação infantil exige um planejamento que considere as especificidades da interação social e da comunicação. O ambiente escolar deve oferecer estímulos que favoreçam o engajamento em atividades coletivas através de suportes visuais e rotinas previsíveis que reduzam a ansiedade durante o processo. A mediação constante do professor permite que o aluno desenvolva habilidades básicas de convivência e aprendizagem ao integrar as demandas do currículo comum com as necessidades individuais de suporte pedagógico.

As propostas voltadas ao atendimento de estudantes com autismo buscam estruturar o trabalho docente a partir de evidências que validem a eficácia educacional. Zanatta e Lopes (2025) apresentam propostas pedagógicas para a educação infantil que visam garantir o desenvolvimento pleno de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento através de ações intencionais. O estudo desenvolvido com uma estudante autista de uma escola da Rede Pública do Vale do Taquari demonstrou que

através das atividades desenvolvidas com a estudante, foi possível constatar que, se na atualidade tivermos uma educação equânime, com profissionais

capacitados e adaptações das atividades conforme necessidade e demandas das crianças, é possível, sim, desenvolver um ensino de qualidade desde a Educação Infantil para crianças com TEA (Zanatta; Lopes, 2025, p. 241).

As adequações curriculares funcionam como ferramentas que permitem o acesso ao saber sistematizado para alunos que apresentam desafios no desenvolvimento do psiquismo de forma acentuada. Esse processo não deve reduzir o conteúdo oferecido, mas sim diversificar as formas de apresentação e avaliação para garantir que o estudante participe das atividades comuns. A flexibilização exige um olhar atento do educador para identificar as capacidades do aluno e oferecer os recursos de tecnologia assistiva necessários para a superação de barreiras durante a escolarização.

Lopes e Rodrigues (2025, p. 79) explicam que

as adequações/adaptações curriculares são modificações ou ajustes realizados no currículo escolar para atender às necessidades educacionais específicas de alunos, em especial aqueles com deficiência ou transtornos do neurodesenvolvimento, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Essas adequações contribuem para o desenvolvimento do psiquismo ao oferecer caminhos que respeitem a diversidade funcional através de uma organização do ensino flexível que considere as particularidades de cada sujeito em sua trajetória acadêmica.

O uso de recursos tecnológicos e estratégias adaptadas potencializa a inclusão de estudantes com necessidades específicas no cotidiano das salas de aula regulares de forma significativa. Garcia *et al.* (2025) analisam o emprego de tecnologias assistivas com alunos autistas para demonstrar como esses suportes favorecem a comunicação e a autonomia durante as tarefas pedagógicas. O estudo destaca que "as práticas pedagógicas inclusivas e o uso de tecnologias assistivas com estudantes com Transtorno do Espectro Autista representam um avanço significativo na promoção da equidade educacional" (Garcia *et al.*, 2025, p. 8).

A formação continuada de professores constitui um pilar para a consolidação de uma escola que acolha a diferença sem produzir novas formas de exclusão. O conhecimento sobre as bases neurais da aprendizagem permite que o docente compreenda as dificuldades dos alunos e planeje intervenções que estimulem a plasticidade cerebral de forma dirigida. Essa preparação técnica deve ser acompanhada por uma postura ética que valorize a inclusão como um direito

inalienável, garantindo que as práticas pedagógicas sejam transformadas para atender às demandas de uma sociedade democrática.

Mantoan, Lanuti e Baptista (2024, p. 03) argumentam a necessidade de formar professores para a inclusão escolar através de processos que desafiem as práticas tradicionais de ensino e avaliação. A esse respeito, afirmam que "formar professores para a inclusão escolar exige uma mudança de paradigma que vai além da capacitação técnica, envolvendo uma transformação nas concepções sobre diferença, deficiência e direito à educação".

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementa a escolarização regular ao oferecer suportes que eliminam barreiras para a participação plena de estudantes com deficiência intelectual ou autismo. Esse serviço deve ocorrer de forma articulada com a sala de aula comum para que as estratégias desenvolvidas no contraturno tenham reflexos positivos no desempenho acadêmico do aluno. A parceria entre o professor regente e o especialista permite criar um plano de desenvolvimento individualizado que contemple objetivos pedagógicos claros e metas de aprendizagem que respeitem o ritmo do educando.

A avaliação formativa assume um lugar estratégico na educação inclusiva ao priorizar o acompanhamento do progresso individual em detrimento de comparações com padrões de desempenho rígidos. Esse processo permite identificar as conquistas do estudante e ajustar as estratégias de ensino para superar as dificuldades encontradas durante a construção do conhecimento escolar de forma contínua. O foco deve estar na valorização das produções do aluno e na identificação de caminhos que favoreçam a autonomia, garantindo que a escola cumpra sua função social de promover o desenvolvimento humano.

Rodrigues (2025, p. 01) destaca que "as práticas pedagógicas na educação infantil para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) devem priorizar abordagens inclusivas que validem a eficácia educacional através de estratégias adaptadas às necessidades específicas de cada criança". Essa perspectiva reforça a relevância de planejar atividades que considerem as particularidades do desenvolvimento psíquico de alunos com TEA, assegurando que a escola se torne um espaço de acolhimento e crescimento intelectual para todos os educandos.

3 METODOLOGIA

O estudo será desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, com levantamento, seleção e análise de produções acadêmicas relacionadas à educação inclusiva e às práticas pedagógicas direcionadas a estudantes com necessidades especiais. Serão considerados livros, artigos científicos e documentos acadêmicos publicados nos últimos anos, priorizando autores da área da Educação Inclusiva, Educação Especial, Neurociência e políticas educacionais. A análise será de natureza qualitativa, buscando interpretar conceitos, argumentos e proposições pedagógicas presentes na literatura selecionada.

O levantamento das fontes foi realizado em bases de dados científicas, priorizando publicações brasileiras que abordem os temas centrais relacionados à neurociência, educação inclusiva e Transtorno do Espectro Autista. Os critérios de seleção incluíram a relevância temática, a atualidade das publicações e a qualidade metodológica dos estudos, privilegiando trabalhos que apresentem contribuições práticas para a organização do trabalho pedagógico em contextos de inclusão escolar.

A análise do material coletado seguiu procedimentos de leitura exploratória, seletiva e analítica, permitindo a organização das informações em categorias temáticas relacionadas aos fundamentos da educação inclusiva, às adequações curriculares e às práticas pedagógicas para estudantes com TEA. Essa organização possibilitou a construção de um panorama crítico sobre o estado atual das discussões no campo, evidenciando convergências e lacunas nas produções científicas examinadas.

Os limites deste estudo relacionam-se à natureza bibliográfica da pesquisa, que não contempla a análise empírica de práticas escolares específicas. Entretanto, a revisão da literatura oferece subsídios teóricos consistentes para futuras investigações aplicadas que busquem validar intervenções neurocientíficas em contextos educacionais brasileiros, contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas que assegurem o direito à educação de qualidade para todos os estudantes.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A análise da produção bibliográfica revela que a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista depende da articulação entre marcos legais e práticas pedagógicas intencionais de forma rigorosa. Os estudos examinados indicam que a neurociência oferece subsídios para compreender os processos de aprendizagem, permitindo que os docentes planejem intervenções que respeitem a diversidade funcional através de estratégias flexíveis. A reorganização curricular e o uso de tecnologias assistivas surgem como elementos fundamentais para garantir o acesso e a permanência desses sujeitos na escola comum, consolidando o direito à educação de qualidade.

A literatura consultada destaca o protagonismo das adequações curriculares como campo de mediação entre os saberes socialmente produzidos e as necessidades específicas de cada estudante. Lopes e Rodrigues (2025) explicam que as adequações curriculares materializam as intenções educativas ao selecionar e distribuir os conhecimentos que serão trabalhados no ambiente escolar, exigindo decisões pedagógicas que contemplem a heterogeneidade das turmas. Essa estrutura deve ser flexível o suficiente para permitir adaptações que garantam a permanência e o sucesso de educandos com TEA, sem comprometer a qualidade do ensino oferecido ao coletivo discente.

Os resultados evidenciam que a precariedade do processo de ensino oferecido a alunos com deficiência intelectual revela lacunas significativas na formação dos professores sobre as especificidades educacionais desses sujeitos. Mantoan (2015) identifica que a falta de conhecimentos docentes compromete a elaboração de estratégias pedagógicas adequadas, perpetuando práticas excludentes mesmo em contextos que se autodenominam inclusivos. Essa constatação exige que as políticas de formação continuada priorizem o desenvolvimento de competências relacionadas ao planejamento e à implementação de currículos acessíveis.

A adoção do Desenho Universal para a Aprendizagem surge como alternativa viável para a construção de ambientes escolares acessíveis e acolhedores. Zanatta e Lopes (2025) detalham que o DUA funciona como protocolo que adapta materiais escolares para inserir o aluno em atividades que respeitem suas condições ambientais e cognitivas. Garcia *et al.* (2025) destacam que a formação docente nessa perspectiva

operacionaliza o planejamento flexível, permitindo que a avaliação seja compreendida como um processo contínuo e formativo, diferenciando as estratégias universais do suporte individualizado.

A análise crítica do currículo como prática social permite compreender como as estruturas escolares podem reproduzir desigualdades ou, alternativamente, promover a equidade educacional. Mantoan (2018) interpreta o currículo como espaço de reprodução ideológica que marginaliza determinados grupos, mas sustenta que sua reorganização pode contrariar essas exclusões por meio de flexibilizações estruturais. Essa perspectiva teórica tensiona os modelos tradicionais de ensino com as necessidades atuais de inclusão, oferecendo subsídios para a construção de uma escola justa que valorize a diversidade humana como elemento constitutivo do processo educativo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A efetivação da educação inclusiva exige uma transformação profunda das estruturas escolares para acolher a diversidade funcional como um valor constitutivo do processo de ensino. A superação de modelos segregados demanda que as instituições de ensino abandonem visões reducionistas para adotar perspectivas pedagógicas que valorizem a mediação e o desenvolvimento integral de todos os educandos. Esse processo requer um compromisso ético com a equidade, garantindo que o currículo comum seja flexibilizado para atender às necessidades específicas de cada estudante sem comprometer a qualidade da formação oferecida.

A integração entre os conhecimentos da neurociência e a prática pedagógica oferece caminhos para qualificar a ação docente e promover aprendizagens significativas para alunos com transtornos do neurodesenvolvimento. A compreensão sobre o funcionamento cerebral permite que os professores planejem intervenções que estimulem a plasticidade neural e fortaleçam as funções executivas necessárias para a autonomia acadêmica e social. Essa articulação técnica deve ser acompanhada por políticas públicas que assegurem recursos adequados e formação continuada para que os profissionais da educação consigam implementar estratégias de ensino acessíveis e transformadoras.

As adequações curriculares e o uso de tecnologias assistivas constituem ferramentas indispensáveis para eliminar as barreiras que impedem a participação plena de estudantes com deficiência intelectual ou autismo. O planejamento pautado pelo Desenho Universal para a Aprendizagem favorece a construção de ambientes escolares acolhedores que respeitem os diferentes ritmos e formas de expressão de cada sujeito no coletivo. A valorização da singularidade humana deve orientar a organização do trabalho escolar para que o direito à educação se materialize em trajetórias de sucesso e inclusão real em uma sociedade democrática.

A consolidação de uma escola hospitaleira depende da colaboração entre a equipe escolar, as famílias e os serviços de apoio especializado para garantir o desenvolvimento pleno dos alunos. O diálogo constante entre os diversos atores do cenário educacional permite criar redes de suporte que favoreçam a permanência e o engajamento dos estudantes em atividades significativas durante toda a escolarização básica. A busca pela equidade educacional representa um imperativo ético que convoca todos os profissionais a repensarem suas práticas em favor de uma educação que reconheça e celebre a diferença como potência humana.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>.

GARCIA, Paulo Henrique Esteves Esmerado *et al.* Práticas pedagógicas inclusivas e o uso de tecnologias assistivas com estudantes com Transtorno do Espectro Autista. In: **TEA, TDAH e Inclusão: pesquisas e debates essenciais**. [S. l.]: Arco Editores, 2025. p. 8-26.

LOPES, Silmara A. Discussões sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA). In: **Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Educação Escolar**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025. p. 18-44.

LOPES, Silmara A.; RODRIGUES, Viviane A. S. Adequações/adaptações curriculares e suas contribuições, na educação básica, para o desenvolvimento do psiquismo de alunos com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). In: **Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Educação Escolar**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025. p. 78-99.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Educação especial na perspectiva inclusiva: o que dizem os professores, dirigentes e pais. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 23-42, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, [s. l.], v. 13, n. 2, 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista; BAPTISTA, Maria Isabel Sampaio Dias. Formar professores para a inclusão escolar. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, [s. l.], v. 26, 2024.

RODRIGUES, Andressa Maria Oliveira. Práticas pedagógicas na educação infantil para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA): abordagens inclusivas e eficácia educacional. In: **Anais do III Congresso Brasileiro de Pesquisa e Inovação em Educação**. [S. l.: s. n.], 2025.

ZANATTA, Hérica; LOPES, Sérgio Nunes. Propostas pedagógicas para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil. **Revista Signos**, [s. l.], v. 46, n. 1, p. 226-244, 2025.

